

INTRODUÇÃO

A partir do último relatório conjunto da OPAS/OMS, UNICEF e UNFPA, há uma média de 930 adolescentes e jovens que dão à luz todos os dias no Brasil. De acordo com a OMS esses números poderiam ser evitados por meio de educação sexual e informação sobre o uso correto de métodos contraceptivos eficazes. A partir disso, esta pesquisa busca contribuir com uma análise crítica das políticas públicas em saúde reprodutiva feminina e educação sexual no Brasil sob o prisma da Bioética. Como resultados, pretende-se verificar a eficácia de políticas públicas para a saúde reprodutiva feminina e para a educação sexual no combate ao grande índice de gravidezes ocorridas na adolescência. Diante disso, o projeto visa produzir um baralho didático sobre saúde reprodutiva feminina e uma cartilha de educação sexual como proposta pedagógica.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Esta pesquisa busca contribuir com uma análise crítica das políticas públicas em saúde reprodutiva feminina e educação sexual no Brasil sob o prisma da Bioética.

Fazer um levantamento das políticas públicas nacionais em saúde reprodutiva feminina e em educação sexual;

Desenvolver um debate sobre a eficácia das políticas públicas em saúde reprodutiva feminina e em educação sexual sob o viés teórico da Bioética;

Produzir um baralho didático e uma cartilha como proposta pedagógica.

MÉTODOS

A metodologia empregada será de abordagem qualitativa e de natureza básica. Como paradigma, o que se delineou mais conveniente para o presente estudo é o de caráter exploratório crítico; já para a modalidade da pesquisa e para coleta de dados será utilizada a pesquisa bibliográfica, a fim de fazer um levantamento sobre os trabalhos no arcabouço teórico da Bioética, bem como a pesquisa documental, visando analisar os documentos oficiais para a saúde reprodutiva feminina e a educação sexual no Brasil nos últimos 5 anos (2016-2021) e para os procedimentos de análise definiu-se pelo método de análise comparada, buscando encontrar correlações entre os documentos referentes às políticas públicas e os dados estatísticos sobre a saúde reprodutiva feminina.

Abordagem qualitativa;

Natureza básica;

Paradigma exploratório crítico;

Modalidade da pesquisa e coleta de dados utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental;

Análise comparada

DESENVOLVIMENTO

A bioética de cunho feminista, que se debruça na realidade dos países em desenvolvimento, principalmente nos países da América latina, torna-se um importante instrumento teórico e crítico que se propõe em levantar os debates a cerca dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres que vivem em condições precárias e não são assistidas pelos aparatos estatais, responsáveis por garantir os direitos dos seus cidadãos.

No caso do Brasil, é possível inferir que a falta ou a ineficácia das políticas públicas para saúde sexual e saúde reprodutiva feminina resulta no altos índices de gravidez na adolescência, além de outros problemas decorrentes da desinformação, das desigualdades socioeconômicas, e da falta de responsabilidade e de solidariedade dos órgãos estatais que servem para oferecer à proteção aos cidadãos. Neste caso, a linha da bioética aqui definida compreende que em situações de vulnerabilidade social, as políticas públicas em educação sexual hipoteticamente poderiam ter potencial de promover uma melhora nos números de gravidez na adolescência, promovendo a prevenção desses casos por meio de ações informativas e de apoio.

RESULTADOS

É importante ressaltar que a Educação Sexual é uma questão de saúde pública e que abrange os direitos sociais de jovens e adolescentes, promovendo a desmistificação de estigmas que constroem tabus e que levam à práticas sexuais marcadas pelo preconceito, medo e insegurança. Como um dos resultados desta pesquisa, desenvolvemos um perfil em uma rede social para o compartilhamento de informações relacionados a saúde feminina e a saúde sexual @o_segundosexo_. E está sendo desenvolvido o baralho Filosofia&Contracepção que poderá ser utilizado como instrumento que auxilie os momentos de propostas educacionais no campo da educação sexual.



Após o levantamento documental verificou-se que no Brasil o índice de gravidez na adolescência está muito acima da média mundial (930 adolescentes dão à luz todos os dias no Brasil). Destaque para a ausência de políticas públicas recentes em Educação Sexual. Na BNCC de 2018 (diretriz educacional mais recente), as questões relacionadas a sexualidade aparecem somente nos anos finais do Ensino Fundamental, na área de Ciências da Natureza, no componente de Ciências, na Unidade temática intitulada "Vida e Evolução" ao trabalhar os objetos do conhecimento voltado aos Mecanismos Reprodutivos e Sexualidade. O documento se isenta de trazer para as suas diretrizes as palavras homofobia e a sigla LGBTQIAP+. Há ainda a campanha "Adolescência primeiro, gravidez depois – tudo tem o seu tempo", lançada em 2020, que dá grande destaque para a abstinência sexual.

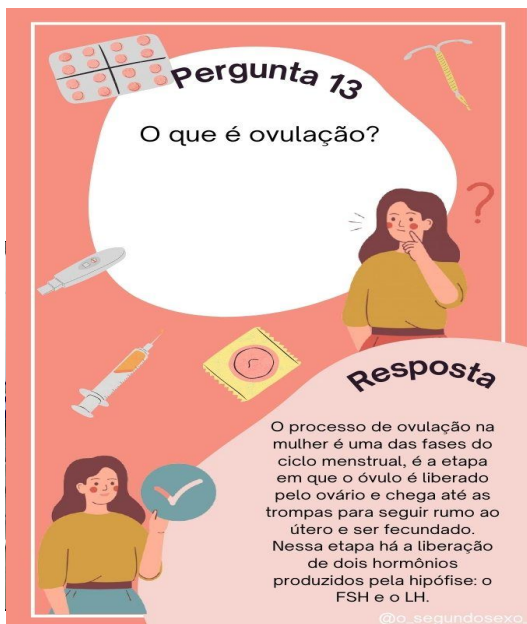


Figura 1. Baralho Filosofia&Contracepção (Fonte: as autoras, 2022).



Figura 2. Cartilha "Tornar-se Mulher" (Fonte: as autoras, 2022).

- Políticas Públicas em Educação Sexual:

- 1996- Lei de Diretrizes e Bases (LDB);
- 1997- Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN);*
- 2007- Programa Saúde nas Escolas (PSE);
- 2018- Base Nacional Comum Curricular (BNCC);*
- 2020- Adolescência primeiro, gravidez depois – tudo tem o seu tempo.*



*Em nenhuma das políticas citadas há um programa curricular voltado unicamente à educação sexual.

CONCLUSÕES

A Bioética compreende que a tarefa das instituições limita-se em promover a proteção, educação e orientação sobre a saúde sexual a partir de políticas públicas que são elaboradas sob os princípios determinantes de uma sociedade democrática e laica. Por isso, elaborar políticas públicas para Educação Sexual e Saúde Reprodutiva, significa almejar a diminuição dos casos de gravidez na adolescência, mortes por abortos inseguros, aumento do número de crianças, adolescentes e mulheres que sofrem violência sexual todos os dias no Brasil, e, além disso, respeitar a liberdade e o direito de escolha de jovens e adolescentes de viverem experiências sexuais saudáveis e seguras.

REFERÊNCIAS

- DINIZ, Debora. GUILHEM, Dirce. Bioética feminista na América Latina: a contribuição das mulheres. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2): 599-612, maio-agosto/2008.
- PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION (PAHO). FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO (UNFPA). *Adolescent pregnancy in Latin America and the Caribbean*. Agosto, 2020.
- VICENTIM, A. L., QUEIROZ, A. M. D. A., SASAKI, N. S. G. M. dos S. & SANTOS, M. de L. S. G. Prevenção da gravidez na adolescência no Brasil. *Enferm. Bras.* 18, 582 (2019).